

MEMÓRIA E POLÍTICAS URBANAS DO RIO DE JANEIRO (ANOS 1960 E 1970) MEMORY AND URBAN POLICIES IN RIO DE JANEIRO (1960S AND 1970S) FLÁVIA DO NASCIMENTO

Flávia Brito do Nascimento é arquiteta e urbanista e Doutora em Arquitetura e Urbanismo. Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto. Suas pesquisas tratam principalmente dos temas de patrimônio cultural, políticas de preservação, patrimônio urbano, habitação social, conjuntos residenciais e história do Rio de Janeiro.

Como citar esse texto: NASCIMENTO, F. B. Memória e políticas urbanas do Rio de Janeiro (anos 1960 e 1970). VIRUS, São Carlos, n. 15, 2017. [online] Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/_virus15/?sec=4&item=5&lang=pt>. Acesso em: 12 Dez. 2017.

Resumo

A valorização da área central carioca como patrimônio ambiental urbano ganha força na década de 1970, motivada pela tensão das perdas sucessivas de exemplares de valor cultural significativo, pela mudança nos cânones conceituais de preservação e pela atuação dos órgãos de preservação nas instâncias federal e municipal. Tomando parte do debate proposto pelo Dossiê A Construção da Memória da Revista VIRUS, este artigo tem por objetivo compreender o percurso das mobilizações em favor da memória urbana na antiga capital do país após a mudança para Brasília. Nos interessa explorar como as preexistências urbanas do Rio Antigo serão transformadas de empecilho num primeiro momento após a mudança e depois em um fator de valorização identitário, levando a políticas inovadoras de valorização da memória. O artigo acompanha como os planos diretores e os projetos urbanos de transformação da cidade estiveram mesclados à sensação de perda e à construção social de uma identidade de passado na cidade após a mudança da capital para Brasília. Discute-se como em meados dos 1970, por meio do Plano Urbanístico Básico, o PUB-Rio, abre-se o caminho para o protagonismo das preexistências urbanas e da memória, viabilizando-se políticas de preservação urbana no Rio de Janeiro. Este artigo discute os usos do passado e da memória na cidade do Rio de Janeiro, circunscrevendo os projetos urbanos e as ações de patrimônio cultural nos anos 1960 e 1970.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, Memória urbana, Patrimônio urbano, Preexistências

1 Introdução

A angústia de pensar o papel da cidade do Rio de Janeiro na nova configuração nacional após a mudança para Brasília foi explicitada desde o final da década de 1950. De acordo com Marly Motta (2000, p. 13), o momento político do recém-criado Estado da Guanabara até a fusão com Rio de Janeiro em 1974 foi muito denso. Tratamos aqui de como esta densidade política do período passa pela disputas em torno o lugar da memória urbana do Rio de Janeiro. A construção da memória, tema do Dossiê da Revista VIRUS, se deu lentamente no Rio de Janeiro pós-Brasília, com muitos embates simbólicos.

O Rio foi nos primeiros anos da década de 1960 tratado como a capital do futuro, cujas belezas naturais seriam valorizadas pelo vasto programa de modernização imposto por Lacerda, embora, de modo ambíguo, tenha feito várias ações de construção da memória da cidade, como a fundação do Museu da Imagem e do Som (com acervo imagético e sonoro sobre a cidade), a criação da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara e inúmeras celebrações do quarto centenário da cidade em 1964. Após a década de 1970, os incômodos com a discurso da modernização, mobilizado, entre outras coisas, diante das perdas de exemplares arquitetônicos, levou a políticas de preservação da cidade que terão como mote a memória urbana.

Trata-se neste artigo da memória como construção social, que é mobilizada pelos atores sociais em torno da idealização de Rio Antigo nos anos 1960 e depois, na década de 1970, como direito urbano à memória consubstanciado nas políticas do Corredor Cultural. Para entender a trajetória da preservação na sua face com a memória como tema de salvaguarda, percorremos as políticas urbanas do Rio na sua relação com as preexistências desde a gestão de Lacerda até o Plano Urbanístico Básico do Rio, de 1977, que abre caminho para as políticas de preservação.

O governo de Carlos Lacerda, primeiro eleito após acirrada disputa com o candidato Sérgio Magalhães, assumiu com o discurso de garantir o papel da cidade, agora tornada Estado, na vida política nacional. A estratégia política e administrativa do governador foi organizar o aparato herdado do Distrito Federal dando-lhe ares de Estado, no que se chamou de estadualização da Guanabara. O apelido de Belacap, para fazer o contraponto ao de Novacap dado a Brasília, fora cunhado para dar identidade e autoestima dos cidadãos.

Os atributos físicos da Belacap, para além daqueles dados pela natureza, seriam garantidos pelo extensivo plano de obras de Lacerda. A modernização da infraestrutura da cidade, dentre outras coisas, passava pela garantia de abastecimento de água (com a construção da Adutora do Guandu) até o muito questionado programa de habitação social, que substituiu aquele levado a termo por Carmen Portinho no Departamento de Habitação Popular (DHP) ao longo dos anos 1950. Capitaneado por Sandra Cavalcanti a partir de 1962, o programa realizou a remoção de diversas das favelas da Zona Sul para conjuntos habitacionais de casas unifamiliares em bairros distantes do centro. O programa de construção de escolas era também uma das vitrines do governo. Cerca de 200 escolas foram realizadas neste período, muitas com projetos do arquiteto Francisco Bolonha, ex-funcionário do DHP e importante arquiteto da segunda geração de modernistas da chamada Escola carioca (NASCIMENTO, 2008).

Chegava-se à década de 1960 com o discurso da renovação pelo governo estadual e a prática das substituições e demolições. Renovar a cidade fazia parte das estratégias de valorização da cidade. No começo dos anos 1960, os jornais anunciavam a demolição do Mercado da Praça XV, do Edifício Lloyd, dos remanescentes do Morro do Castelo, tachados de nódoa urbana. Iam embora também algumas das edificações da Avenida Central. Limpar a cidade era um tema social e urbano (TRIBUNA DA IMPRENSA, 14/01/1958, 14/03/1958).

O urbanismo era, com efeito, um dos grandes pontos de realização do governo de Lacerda. O diagnóstico de que o Rio de Janeiro tornara-se uma cidade ingovernável vinha desde o final da década de 1950, antes da mudança da capital. A sensação era de falência da cidade. Priorizados no contexto de criação da imagem positiva da Belacap, os projetos urbanísticos consumiram parte significativa da receita do Estado. Muitos deles, como o Parque do Flamengo e o túnel Rebouças eram projetos já elaborados ou em discussão na prefeitura nos anos 1950, que, com a nova gestão foram realizados com outros contornos. Organizar o trânsito, acabando com os bondes e instalando novas linhas de ônibus, abrir e alargar avenidas por toda cidade, construir novos túneis, criar áreas de lazer foram as muitas ações pontuais que se executaram pela cidade como paradigmas da imagem moderna e atualizada para o Rio (PEREZ, 2005, p. 72, 197-201).

De modo geral, a realização dos projetos de intervenção urbana nos primeiros anos do governo seguiu a forma corrente na cidade desde os anos 1910 de se elaborar projetos pontuais chamados Projetos de Alinhamento e Projetos de Loteamento. Estes eram feitos internamente na prefeitura, geralmente por técnicos do setor de Viação de Obras Públicas ou de Urbanismo, para a mudança urbana nos locais da cidade que se desejava alterar. Os projetos eram aprovados na prefeitura, recebendo uma numeração particular. As principais propostas de transformação urbana na área central como a Av. Rio Branco, a Avenida Diagonal Sul, o Elevado da Perimetral e a Av. Presidente Vargas, por exemplo, foram realizadas por meio de Projetos Aprovados de Alinhamento(PAA) e Projetos Aprovados de Loteamento (PAL).

Mas a noção da necessidade de planejamento urbano global veio já no final da gestão de Lacerda, quando se resolveu contratar um Plano Diretor para a cidade. O planejamento do Rio até os anos 2000 por meio de um plano global, seria um presente para a cidade e um legado da gestão e a projeção de futuro para a candidatura de Lacerda à presidência da República. Para tanto, em 1964 foi contratado o Escritório de Consultores Associados Doxiadis, sediado em Atenas, Grécia, para realizar o plano, que seria auxiliado pela Cedug - Comissão Executiva de Desenvolvimento Urbano da Guanabara, presidida pelo arquiteto e urbanista Hélio Modesto e formada por diversos técnicos do Rio de Janeiro que auxiliaram na coleta de dados.

O arquiteto grego Constantinos Doxiadis era consultor internacional de planejamento urbano desde os anos 1940, realizando planos em inúmeras cidades ao redor do mundo. Como explica Vera Rezende, sua teoria era organizada em torno do conceito da *ekistics* (ou *equística* em português), que era, simplificada, a ciência dos assentamentos humanos por meio de comunidades em redes. O homem deveria viver em equilíbrio com seu habitat por meio da observância da relação entre homem, natureza, sociedades, estruturas e redes. A cidade não se expandiria simplesmente, mas cresceria na paisagem de modo dinâmico, levando para os diversos lugares da expansão os elementos necessários à vida humana (REZENDE, 2015; MELLO, 2012).

Com relação à área central, nosso objeto de interesse aqui, o Plano Doxiadis, cujo nome oficial era "Plano de desenvolvimento urbano a longo prazo para o Estado da Guanabara", indicava a necessidade descentralização por meio da organização de comunidades em rede. Esta havia sido uma das tônicas da administração de Lacerda, criando-se as regiões administrativas, as zonas industriais na zona oeste e levando a população das favelas para morar em conjuntos habitacionais distantes do centro.

A meta era desafogar a concentração de moradias e de trabalho das áreas de população mais rica e levar novos serviços e funções para o que era ainda a zona rural da cidade, conforme o zoneamento de 1937 (PEREZ, 2005, p. 201-203). O Plano indicava que a cidade deveria se organizar em comunidades interdependentes, autossuficientes e equilibradas entre si, ligadas por via expressas perpassadas por áreas verdes. Mas, o centro continuava a estar na centralidade da região metropolitana, assumindo o papel de centro de gravidade de toda a região metropolitana, ou seja, a proposta não era arrefecer o lugar do centro, mas tornar o restante da cidade mais equilibrado em relação a ele (MELLO, 2012, p. 43-55).

O valor da terra no centro e o papel do comércio já haviam sido sentidos por Lacerda, quando no começo de sua gestão foi pressionado pelos comerciantes da área central que teriam seus negócios afetados pela passagem da Avenida Diagonal Norte-Sul. Organizados em torno a SAARA - Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega conseguiram a revogação do plano urbano em 1963 e a permanência da região tradicional de comércio. A alegação de que a região era das mais rentáveis comercialmente na cidade acabou convencendo o governador de revogar o projeto e manter o comércio (MELLO, 2012, p. 43-55).

O episódio da SAARA garantindo, de certa forma, a manutenção de importantes remanescentes do Rio de Janeiro tradicional mostra como no começo dos anos 1960a pretensão de modernidade dada pelas obras e suas transformações urbanas de Lacerda, iam *pari i passu* à percepção de que algo se perdia. De fato, em fevereiro de 1961, a Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira foi campeã do carnaval carioca com o samba enredo "Recordações do Rio Antigo". A letra da música destacava o Rio como "cidade tradicional" exaltando seus aspectos já desaparecidos, como a Igreja do Castelo, os lampiões a gás, as serestas e também o seu esplendor. Assim se inicia a letra:

*Rio cidade tradicional
Teu panorama é deslumbrante
É uma tela divinal
Rio de janeiro
Da Igreja do castelo
Das serestas ao luar
Que cenário tão singelo
Mucamas sinhás moças e liteiras
Velhos lampiões de gás
Relíquias do rio antigo
Do rio antigo
Que não volta mais. ¹*

Um sentimento de que mudanças estavam em curso, aparecem no conceito da cidade "que não volta mais", que mudou. Exaltava-se um Rio do passado, que já tinha ido embora há muito tempo ou que ainda era demolido a olhos vistos, sem poder fazer frente às aspirações de futuro para o novo Estado da federação. O discurso de futuro era predominante. O passado saudado na chave da nostalgia, aqui representado pela letra da música, era uma representação das perdas simbólicas da memória da cidade. Uma sensação de perda que permaneceria ainda por muitos anos, como aparecerá nos projetos da década de 1970 para o centro. Cabe perguntar se houve algum plano ou interesse de preservação da cidade, sobretudo na área de ocupação mais antiga, o seu centro. Haveria um lugar para políticas de preservação do patrimônio edificado ou algum sentimento de perda neste processo de transformação tão intensa?

2 O Iphan, os usos do passado e a transformação da área central nos anos 1960

A cidade do Rio de Janeiro esteve sempre próxima dos olhares da preservação e dos protagonistas do patrimônio nacional, já que, mesmo com a mudança da Capital, o órgão de preservação federal, então Sphan - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, permaneceu no Rio sediado no Palácio Gustavo Capanema. Mas a sua área central despertou pouco interesse como conjunto urbano a ser protegido. Embora o Iphan tenha realizado diversas proteções legais no centro Rio de Janeiro desde o começo de seus trabalhos, elas foram majoritariamente de edifícios isolados e representativos do período colonial.

Dispersas no tecido urbano do centro, as edificações estavam longe de configurarem o que poderia se chamar de uma área urbana. Logo em 1938, um ano depois da criação do Sphan, diversos "monumentos históricos e artísticos" são tombados. As igrejas predominam na listagem de cerca de 50 bens protegidos por lei entre 1938 e 1940. Mas constam, ainda, jardins históricos, como Passeio Público e os Jardins do Valongo, chafarizes, e edifícios de arquitetura civil, como a Antiga Alfândega, o Palácio do Itamaraty, a antiga Casa da Moeda e o conjunto do Arco do Telles. Na década de 1950 alguns outros bens culturais serão acrescidos da listagem, sendo as maiores novidades o Palácio Gustavo Capanema e a Estação de Hidroaviões, protegidos como monumentos da arquitetura moderna nacional (NASCIMENTO, 2013).

A conduta do patrimônio nacional para com o Rio de Janeiro condizia com a diretriz geral da instituição neste período em que foram realizados tombamentos de modo apenas pontual e favorecendo aspectos de monumentalidade e excepcionalidade, evitando-se os grandes centros urbanos, pois a proteção legal poderia interferir no desenvolvimento econômico ou mesmo na perspectiva de crescimento da cidade. Foram protegidas cidades homogêneas (pequenas e isoladas, distantes de grandes centros), entendidas como objetos artísticos prontos e fechados (SANT'ANNA, 2004). O Rio de Janeiro, apesar de contar com acervo histórico e artístico significativo, foi contemplado com tombamentos isolados e pontuais, muito distantes da ideia de conjunto urbano.

Desde os anos 1930 que o centro do Rio de Janeiro se verticalizava. E, não contando com manchas urbanas preservadas, será significativamente pressionado e alterado. O decreto-lei 25/37 assegurava a preservação dos monumentos selecionados e o restante do centro ia se modificando a olhos vistos. A pressão em favor da preservação do centro do Rio chegará ao Iphan de modo consistente nos anos 1960. E sinalizará pelo que será a tônica da década de 1960: o Brasil se urbanizava velozmente e era preciso novas práticas e posturas para pensar o patrimônio cultural. As verticalizações aconteciam em pontos específicos, sobretudo na Avenida Rio Branco, que já nos anos 1950 estava muito verticalizada. A novidade era que a pressão agora recaía na porção mais antiga remanescente do centro colonial: a Praça XV de Novembro, antigo Largo do Paço e centro de poder do período Imperial (COLCHETE FILHO, 2008; SISSON, 2008). O que aconteceu nesta localidade ajuda a entender os impasses de renovação da cidade e as suas articulações com a preservação da cidade.

Os principais edifícios da Praça foram protegidos pelo Iphan em 1938: o Arco do Teles, o Paço Imperial, o Chafariz do Mestre Valentim e as igrejas nos arredores (Igreja da Ordem Terceira de N. S. do Monte do Carmo, Igreja de N. S. da Lapa dos Mercadores, Igreja de Santa Cruz dos Militares, Igreja da Ordem Primeira de N. S. do Carmo). A verticalização e a pressão imobiliária sobre a Praça vinha da década de 1930, que neste período já contava com edifícios altos, antes mesmo do tombamento pelo Iphan.

A construção da Avenida Perimetral rompendo com a sua relação histórica com o mar foi o golpe mais duro na região. Ciente da construção do elevado, o Iphan envidou esforços para salvar outras obras na região que seriam afetadas pelo viaduto, como a Estação de Hidroaviões, recém-construída. Preocupado com a permanência da estação, o Iphan contribuiu, inclusive, para mudar o traçado do elevado, de modo que a Estação permanecesse. Mas para a praça em si, lugar histórico do início da cidade (na ausência do Morro do Castelo), o olhar foi pouco alterado e o elevado foi construído impactando de modo severo seu ambiente urbano.

A pequena importância dada à Praça não era estritamente um problema do patrimônio nestes anos 1950. Os planos de transformação da praça pela Prefeitura do Rio ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950 eram por sua modificação sistemática. Para a Praça XV, o primeiro projeto urbano que pudemos localizar é datado de 1938 (ano dos primeiros tombamentos do Iphan), onde se notam as transformações pretendidas (PAA n. 2949). O núcleo de construções remanescentes do período colonial (em torno da Rua da Travessa e do Ouvidor) seria inteiramente demolido para dar lugar a novos lotes maiores, prevendo-se edifícios altos. O projeto não foi realizado e, em 1947, novo projeto de alinhamento ficou pronto (Modificação parcial do PAA n. 2949).

Ele dá conta dos tensionamentos e acomodações entre preservação e renovação que marcaram as políticas urbanas no centro do Rio de Janeiro na segunda metade do século XX. Os bens culturais tombados pelo Iphan seriam salvos como pequenos testemunhos em meio a edifícios de até 30 pavimentos, gerados pelo lembramento dos lotes coloniais. O projeto urbano de 1947 só mantinha as igrejas tombadas. Os lotes voltados para a Rua Primeiro de Março e Rua do Mercado seriam lembrados de três a três para dar lugar a novos edifícios altos. Os pequenos edifícios da Travessa do Comércio seriam demolidos para a construção de uma praça nos fundos dos lotes. A região de formação urbana mais precípua da cidade, de valor histórico central no século XIX, seria, portanto modificada inteiramente. ²



Fig. 1: Projeto Aprovado de Alinhamento n. 2949 de 1938 e Modificação parcial em 1947 para a Travessa do Comércio, Centro no Rio de Janeiro. Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro. Redesenhado em 2016 por Laís Nagano.

A mudança, no entanto, não se viabilizou, por razões que podemos apenas supor, como o custo e dificuldade de negociação dos lotes ou demolição das casas antigas. Mas a pressão imobiliária continuava. Em 1961 o edifício do Arco do Teles, embora poupado da demolição, sofreu uma intervenção grande. O interesse do proprietário, Raymundo de Castro Maia, um importante industrial e colecionador de obras de arte, baseado no Projeto de Alinhamento de 1947 solicitou uma solução que lhe garantisse maior "aproveitamento" do imóvel. Com isso, o patrimônio da negociação entrou novamente em cena. A solução encontrada foi manter o edifício antigo e construir por sobre ele um edifício envidraçado, embora o resultado final tivesse ficado substancialmente diferente. Parte do telhado seria mantida e o edifício novo sairia nos fundos do antigo. O arquiteto para o projeto foi Francisco Bolonha, ligado ao movimento moderno carioca e também autor das escolas da gestão Lacerda. ³

A onda de verticalização atingiu outros edifícios vizinhos a este conjunto. Também no começo da década de 1960, o Convento do Carmo, que havia servido de residência para a Família Imperial foi vendido ao Banco do Brasil para a construção de uma nova sede, prevendo-se a sua demolição. O pedido de tombamento foi levado ao Iphan, sob a alegação de que haviam ainda vestígios do século XVIII no Convento. O Iphan não havia tombado o convento junto com as demais edificações da praça em 1938 sob a justificativa de que estava muito desfigurado pelas obras da década de 1920 que lhe deram feições ecléticas. A proteção legal do edifício foi feita a partir da condição de que o proprietário, o Banco do Brasil, poderia construir um edifício novo nos fundos do terreno. Alguns anos depois, o banco desistiu do negócio e vendeu o prédio para uma universidade, que manteve a intenção de fazer uma nova construção. A torre da Cândido Mendes se viabilizou em meados da década de 1970, quando os temas do crescimento vertical e demolições no centro estavam ainda mais agudos. ⁴

Curiosamente, em setembro de 1965, a poucas quadras da Praça XV, o governador Carlos Lacerda inaugurava o Museu da Imagem e do Som no antigo edifício que fazia parte da Exposição do Centenário da Independência do Brasil de 1922. Ele foi concebido com um moderno centro de memória da história e da cultura carioca. O Museu era uma celebração da história do Rio, com pioneiro acervo iconográfico e fonográfico. Foram reunidas no museu as imagens do fotógrafo da prefeitura Malta, gravações e depoimentos de história da música na cidade, numa organização expográfica bastante arrojada (MESQUITA, 2010). Muito embora a tônica do governo de Carlos Lacerda tenha sido a da transformação da cidade na chamada "superação de seus atrasos" com a modernidade como tônica, tem lugar no governo ações muito significativas que revelam a sensibilidade

para com a história do Rio de Janeiro e a construção social de memória da cidade. A ideia de modernidade foi a tônica do governo lacerdista, mas a criação do Museu da Imagem e Som, do Museu do Primeiro Reinado e, sobretudo, as comemorações do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro mostram o quanto celebrar o ser carioca e sua cidade estava em cena.

Muito significativo deste processo de construção da identidade carioca por meio de sua história, foi a criação em 1963 da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara (DPHA). Ela foi fundada com o objetivo de proteger por meio do tombamento os bens culturais do Estado. A Divisão existiu até a fusão em 1974, quando foi substituída pelo Inepac - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. O primeiro tombamento que a DPHA fez na área central revela o olhar para os vestígios da cidade que "não volta mais". A Ladeira da Misericórdia, junto à Praça XV, foi tombada em 1965, permanecendo às gerações futuras como testemunho, nos parece, não em razão do que havia sido, mas como representação do Rio que se perdera.

A justificativa para o "imprescindível tombamento" estava no fato que era o "único vestígio que resta da cidade erguida por Mem de Sá, em 1567 na colina do Castelo". O tombamento representava a "preservação de um elemento documental importante, para referência do sítio da antiga sede da cidade"⁵. A atuação no centro da cidade no que se refere à preservação era ainda pontual, e os tombamentos era acionados a partir da lógica da prova documental da história narrada. Neste caso, havia uma disputa em curso sobre a data de fundação da cidade e a quem homenagear como fundador. As preparações para as comemorações do IV Centenário haviam debatido extensamente qual seria o dia da fundação. O ano era 1565 e o mártir Estácio de Sá que expulsara os franceses (TURAZZI, 2014). Proteger a Ladeira da Misericórdia como representativa da cidade de Mem de Sá era uma tomada de posição do historiador Marcello de Ipanema, o primeiro Diretor-geral da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara.

O outro tombamento da DPHA em 1965 no centro da cidade envolveu-se com as disputas imobiliárias do centro, como o seriam diversos tombamentos do Rio a partir de então. Trata-se do Automóvel Club do Brasil, localizado à Avenida Passos, em frente ao Passeio Público. A sua preservação deu-se em meio às disputas imobiliárias e de projeto urbano para o centro. O pedido de preservação chegou por meio do Secretário de Estado de Educação e Cultura, Carlos Flexa Ribeiro, diante da ameaça de demolição para construção de novo edifício comercial. O Automóvel Club não anuiu com o tombamento e pediu sua impugnação, alegando haver prejuízos, pois o negócio com a construtora já estava acordado. O processo de tombamento teve continuidade, e o "indivíduo arquitetônico altamente representativo do estilo neoclássico e muito ligado à vida cultural da Guanabara" foi perpetuado às gerações futuras.⁶ O patrimônio histórico e artístico estará, a partir daqui e durante os anos 1970 e início dos 1980, cada vez mais entrelaçado à tentativa de contar a história urbana da cidade. Salvar um edifício, era como salvar algo da história do Rio.

O que se percebe é que nos anos 1960 a sensibilidade para com o passado existia, mas estava circunscrita ao campo da história e dos usos do passado, ainda longe das políticas de preservação urbana. A proteções legais eram pontuais e as políticas de tombamento eram gotas no oceano. A atuação continuava circunscrita ao patrimônio do monumento, associado ao quadro de memória do Iphan em que as práticas seletivas recaíam sobre o colonial, monumental e excepcional. Seria preciso esperar o Plano Diretor de 1978 para que a legislação municipal abrisse caminho para salvaguardar o que restava dos remanescentes históricos do Rio de Janeiro, na sua heterogeneidade como testemunho dos seus próprios processos históricos.

3 O planejamento encontra o patrimônio cultural na área central

ANA década de 1970 as pressões de demolição na cidade do Rio de Janeiro continuaram com força. O estoque urbano do centro era grande e mesmo com tantas perdas, os embates históricos sobre os permanência da materialidade do passado estiveram muito presentes. A Avenida Rio Branco, um símbolo da modernização nos primeiros anos do século XX, estava pouco a pouco sendo demolida. Grandes torres de escritórios em substituição aos edifícios ecléticos da era Pereira Passos serão erguidas com a autorização do Iphan, com pareceres e polêmicas acirradas entre personagens importantes do patrimônio nacional como Lucio Costa e Paulo Santos (GUIMARAENS, 2002; PESSOA, 1999).

A grande polêmica no que se refere à materialidade de edificações na cidade foi a demolição do Palácio Monroe, inicialmente sob a justificativa da passagem do metrô. Sede do Senado Nacional, havia se tornado "obsoleto" com a mudança da capital para Brasília. Em março de 1976 o Palácio Monroe foi posto abaixo após intensos debates na mídia, como mostra Fernando Atique (2017).

Tais transformações urbanas terão repercussão social colocando em evidência a relação entre a ditadura militar, o espaço urbano e as obras de infraestrutura urbana, tais como o metrô, de grande impacto na área central do Rio de Janeiro. O tema da preservação como identidade urbana e memória social emergirá no Rio nos anos 1970, face às já históricas demolições e transformações no espaço urbano desde o período anterior. As decisões políticas e institucionais do Iphan frente a tais fatos foram a da negociação das tensões e pressões do setor privado e público, o que claramente não atendeu às expectativas da sociedade que as percebeu como insuficientes para a memória urbana.

Foi nos anos 1970 e 1980 que se organizaram políticas de preservação urbana no Rio de Janeiro, sob muitos aspectos em reação à onda de renovação urbana e de demolições de edificações icônicas, principalmente na sua área central. Durante a ditadura civil-militar no Brasil, período em que grandes projetos urbanos são realizados em todo país, aproveitando os efeitos do chamado "milagre econômico". Obras de infraestrutura, muitas de caráter rodoviarista aconteceram em todo o País, buscando "modernizar" os núcleos urbanos e compatibilizar os efeitos do enorme crescimento demográfico, que muda suas feições de um país rural para urbano.

O pouco que se sabe sobre a história da preservação no Brasil nesses anos, é que, frente à "modernização conservadora autoritária" do promovida pelo regime militar, às pressões do setor imobiliário e ao crescimento urbano vertiginoso, os técnicos do patrimônio nacional procuraram pensar e agir na escala urbana, com a realização de inúmeras obras de restauração, a

elaboração por consultores da Unesco de planos diretores para cidades tombadas, a criação e fortalecimento dos órgãos locais preservação.

Conceitos como os de patrimônio ambiental urbano serão mobilizados no intuito de justificar proteções a certas práticas e modos de vida urbanos, ou a certas arquiteturas e espaços urbanos fora do cânone colonial e moderno. Os municípios e estados passaram a atuar dando respostas de acatamento e proteção para além do tombamento e buscando usar instrumentos do planejamento urbano. Este será o caso do Rio de Janeiro, em que o planejamento urbano abrirá caminho para a preservação da cidade e dará respaldo técnico ao executivo para inéditos decretos de preservação do centro da cidade no final da década de 1970, culminando numa política de preservação pelo município (MOTTA, 2000).

Em 1974, o Rio de Janeiro sofrerá nova transformação política e administrativa com a fusão. A fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro tem longo alcance no debate político sobre a cidade. A decisão do presidente da República, embora feita de súbito, encontrava apoio de grupos que defendiam o ato desde os anos 1950. Para outros, ela será percebida como um golpe à autonomia política (FERREIRA; GRYNSPAN, 2000). O resultado foi a necessidade de nova configuração administrativa, cujas consequências para o planejamento urbano da cidade foram importantes. O novo município deveria elaborar um Plano Diretor para ordenar e organizar o território da cidade. Em julho de 1975, o Decreto-lei n. 168 criou o Sistema Municipal de Planejamento e Coordenação Geral com a diretiva de elaboração do Plano Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro no prazo de dois anos. Após diversos planos urbanos realizados por consultores estrangeiros (Planos Agache e Doxiadis), este será feito por técnicos da própria prefeitura. O fato é exaltado pelo prefeito Marcos Tamoyo na apresentação do Plano Diretor:

A Secretaria Municipal de Planejamento, composta por profissionais do mais alto nível, experimentados conhecedores dos problemas do Rio, foi designada por mim para, diretamente, elaborar este Plano. Sem qualquer sentimento de xenofobia, mesmo porque a nossa capacidade de hoje decorre do muito que aprendemos com os Planos Agache e Doxiadis, não posso deixar de ressaltar que o presente trabalho foi feito por técnicos brasileiros (TAMOYO, 1977, p. V).

O Plano Urbanístico Básico, conhecido como PUB-Rio, é iniciado em 1976 e em 1977 fica pronto. Segundo depoimento do urbanista da prefeitura Armando Mendes, um dos coordenadores do Plano, ele foi realizado em tempo recorde. Não havia planejamento anterior à sua elaboração, de modo que os estudos e as propostas organizaram-se a partir do trabalho realizado e da experiência dos técnicos no trato com a cidade.⁷ Promulgado por decreto do prefeito em 1977, ela dava as diretrizes para a ordenação do território da cidade e indicava a necessidade de elaboração de estudos específicos que seriam os PEUs - Projetos de Estruturação Urbana.

A importância do plano para a preservação da cidade será grande. Ele será um ponto de inflexão na relação entre patrimônio e planejamento quando, finalmente, é criado um dispositivo para a preservação do centro do Rio de Janeiro. Até este momento na história da preservação brasileira as práticas seletivas eram atributo técnico dos arquitetos, circunscrito aos saberes do Iphan. Para o caso do Rio de Janeiro, as consequências, como já pudemos ver, foram graves, pois como conduta geral da instituição evitaram-se confrontos e polêmicas nas áreas urbanas das grandes cidades.

O olhar para o Centro, que era denominado Área Central e de Negócios (ACN), estava, como não seria diferente, relacionado ao olhar global ao município e seus problemas. A hipótese de desenvolvimento traçada para o Rio partia da compreensão (após extensos e detalhados estudos) de que alguns aspectos negativos deveriam ser corrigidos, dentre outros:

[...] a diminuição da qualidade de vida e da qualidade do ambiente urbano da cidade do Rio de Janeiro, pela constante reutilização, com intensidades cada vez maiores, dos terrenos dentro das áreas melhor providas de serviços, equipamentos e paisagens, com o sacrifício da beleza natural, das reservas florestais, dos monumentos históricos e arquitetônicos, e dos ambientes urbanos tradicionais (PREFEITURA, 1977, p. 230).

Constatava-se o interesse e a perda não exclusivamente de monumentos, mas de ambientes urbanos tradicionais. O conceito de patrimônio extrapolava a excepcionalidade e abarcava o contexto urbano. Uma ampliação conceitual importante. Segundo o plano, a área central apresentava a excessiva concentração de negócios imobiliários e a especulação da terra diante de sua infraestrutura urbana, comercial e de transportes metropolitanos. O mapa da renda da terra na cidade não deixava dúvidas de que o centro era uma região de alto valor imobiliário no contexto da cidade. A hipótese de crescimento vinha seguida das proposições de planejamento para cada área da cidade. Para o centro indicava-se, dentre outras coisas, racionalizar o crescimento nos seus limites, estudar o remanejamento de áreas de estacionamentos, reestudar o uso residencial nas suas áreas periféricas. Mas algumas diretrizes viabilizaram, e de modo eficaz nos anos seguintes, a permanência dos chamados ambientes urbanos tradicionais. A saber:

- Propiciar condições, através da fixação de intensidades de edificações, para o fortalecimento das atividades financeiras, culturais, recreativas, administrativas e de serviços especializados.
- Otimizar o equipamento existente visando fortalecer as atividades de centro financeiro e cultural.
- Preservar determinados ambientes urbanos de valor cultural, arquitetônico e paisagístico (PUB-Rio, 1977, p. 245).

Estava posto que preservar ambientes de valor cultural e paisagístico era uma tarefa do planejamento urbano do Rio, compreendido na escala da cidade e não no foco do edifício de valor estético-estilístico. No que se refere à preservação, a Área 1 (Portuária, Centro, Rio Comprido e São Cristóvão) teria preservação ambiental de áreas com características culturais e históricas para a comunidade, o que era, também, uma novidade conceitual. Além da região central é mencionada a preservação paisagística da Área 2 (Botafogo, Copacabana, Lagoa, Tijuca e Vila Isabel), a preservação das áreas naturais da

Área 5 (Bangu, Campo Grande e Santa Cruz) e a preservação ambiental e paisagística da Área 6 (Ilha do Governador, Paqueta e Santa Teresa) (PREFEITURA, 1977, p. 244-246). Depreende-se, portanto, que dentre as proposições de planejamento, a preservação ambiental e paisagística era que recebia destaque.

A ampliação do campo do patrimônio cultural que ocorreu desde a década de 1960 e com efeito partir dos anos 1970 e 1980, desde então colocou o patrimônio urbano na agenda da políticas públicas. A elaboração de novos discursos distantes do compromisso e representação da unidade nacional via edificações e a organização em favor de outros protagonistas e de suas materializações foram profusas, indo da diversidade cultural, do patrimônio ambiental, às comunidades. É no âmbito das múltiplas transformações de conteúdo e de forma de atuar, que as questões urbanas foram tornando-se centrais. Ao se valorar a arquitetura comum, do cotidiano, do simples, se valorizava a formas de viver, ou se defendia dada qualidade de vida.

O conceito de patrimônio neste período despe-se, pouco a pouco, do valor simbólico nacional, passando a servir de apoio à luta pela manutenção de um meio ambiente urbano menos adensado. As preocupações recaem sobre a manutenção da escala urbana e à ideia de ambiência. Abre-se a possibilidade de valoração dos sítios urbanos como documentos, isto é, em virtude do que representam como vestígios do processo de ocupação do território. Rompe-se com a perspectiva estritamente visual, fachadística ou das características estilísticas. O que importa são os significados contidos nas formas da materialidade da cidade, construídos pelas comunidades que nela habitam. As práticas buscaram se distanciar do tombamento de edifícios isolados para formas mais abrangentes de atuação, aproximando-se, por exemplo, do planejamento urbano, como foi o caso do Rio de Janeiro.

O PUB-Rio de 1977 é uma peça-chave deste processo, capaz de exemplificar como a ampliação dos conceitos de preservação se deu nestes anos.

A existência do plano diretor de 1977 com as condições de interesse de preservação do centro, a continuada pressão imobiliária na região e o interesse político em limitar em determinados pontos a especulação da terra abriu o caminho para uma nova fase da área central do Rio de Janeiro. Em 1978 três decretos municipais limitam a verticalização do centro, protegendo, sucessivamente, diversos lugares: a região dos Morros da Providência e Conceição, a Cinelândia, a Rua da Carioca e, finalmente, a Praça XV.⁸ Os decretos de preservação valoravam múltiplos aspectos das características da cidade: preservação ambiental, manutenção do comércio tradicional, usos culturais e arquitetura, todos devidamente fundamentados pelos conceitos indicados no plano diretor.

No caso da Praça XV, já tratado anteriormente, a pressão imobiliária no final da década de 1970 só aumentou, e incêndios começam a atingir alguns dos sobrados. Alarmado pela possibilidade de perda de todo o conjunto da Praça, não completamente protegido por lei, o Iphan inicia um estudo sobre o entorno das igrejas tombadas. Segundo Lia Motta⁹, autora do primeiro estudo do Iphan na região da Praça XV, neste momento de grande pressão imobiliária, a ação do instituto federal levou ao contato do presidente do Iphan Aluísio Magalhães com o prefeito Israel Klabin, que sancionou o decreto de proteção legal legitimado pelo Plano Diretor de 1977 que impedia a construção de edifícios altos na área. Os sobrados da Travessa do Comércio na Praça XV ficavam inteiramente protegidos, não se podendo demolir nenhum edifício ou construir nada que fosse mais alto que quatro metros, respeitando-se a ambiência dos sobrados.

A sucessão de decretos relativos à proteção ambiental do centro teria fim em 1979, mas por um bom motivo para os preservacionistas. O prefeito Israel Klabin criou um sistema de administração municipal por meio Câmaras Técnicas que tratariam de assuntos latentes e de interesse ao município. Em meio a este processo criou-se a Câmara Técnica do Corredor Cultural, no âmbito da Comissão do Plano da Cidade - COPLAN, com o objetivo de

*[...] desenvolver e apresentar estudos relativos ao potencial das atividades culturais da área denominada "Corredor Cultural", estabelecida pelo Decreto 2216 de 20.7.1979, fornecendo subsídios para a formulação de projetos específicos que visem à preservação histórica, ambiental e cultural da área e manutenção de suas tradições, propondo eventos, novas atividades e providências administrativas que permitam a revitalização do Centro da Cidade no contexto da vida cultural do Município.*¹⁰

A partir de então o projeto Corredor Cultural consolidará a proteção legal de uma grande área do centro do Rio de Janeiro. O projeto será inovador em muitos aspectos e desencadeará novas práticas de proteção ao ambiente construído, com inúmeros desdobramentos no período de redemocratização e ao longo de toda a década de 1980. A realização de eventos culturais diversos no espaço público e a criação de centros culturais e de artes será uma das iniciativas e frentes de trabalho importantes, como era a tônica do patrimônio cultural naqueles anos em diversas partes do mundo. Também foram feitas ações para a valorização do espaço público, renovando praças e largos do centro. A criação de subsídios e isenção fiscal para a renovação dos imóveis privados será uma das ações de maior alcance, cujos efeitos se sentirão com o passar dos anos. Através do trabalho cotidiano com os proprietários de imóveis na região do SAARA, feito pelo escritório técnico do Projeto Corredor Cultural, fará com que aos poucos sejam feitas reformas para a retirada de letreiros, placas e intervenções obstruidoras da fachada, valorizando as tipologias do século XIX.

No âmbito da administração pública municipal, o que se verá na década de 1970 é a ação de uma nova geração de urbanistas do Rio, envolvidos com projetos urbanos para a cidade no âmbito das instituições públicas. Eles a preservação como tema e a viabilizam por meio de instrumentos urbanos. Incorpora-se a demanda social, contemplando muito mais do que a proteção legal dos imóveis, mas um plano de ação para sua valorização como conjunto urbano constitutivo de sua formação histórica, de seus processos sociais e de sua ocupação no presente. As ações de preservação são um passo fundamental na construção da memória da cidade do Rio de Janeiro na sua historicidade. A consciência de um Rio de Janeiro do "passado" frente à nova cidade modernizada delinea-se como um tema para a cidade. Os projetos de preservação do patrimônio edificado se viabilizam também diante da nostalgia da perda como sentimento compartilhado. E serão os agentes das feições do Rio de Janeiro futuro.

Referências

- ATIQUÊ, F. **Arquitetura Evanescente**: o desaparecimento de edifícios cariocas em perspectiva histórica. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2017. (no prelo)
- COLCHETE FILHO, A. **Praça XV: projetos do espaço público**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2008.
- DPHA. **Processo n. 03/300 447/65**: Tombamento da Ladeira da Misericórdia, no Largo da Misericórdia, II RA. Arquivo do Departamento de Pesquisa e Documentação do Inepac. Rio de Janeiro: INEPAC, 1965.
- DPHA. **Processo n. E-03/001.979/65**: Tombamento do Automóvel Club do Brasil. Arquivo do Departamento de Pesquisa e Documentação do Inepac. Rio de Janeiro: INEPAC, 1965.
- FERREIRA, M. M.; GRYNSPAN, M. **A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro**. In: FERREIRA, M. M. (Coord.). Rio de Janeiro: uma cidade na história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- GUIMARAENS, C. **Paradoxos Entrelaçados**: as torres para o futuro e a tradição nacional. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.
- IPHAN. **Processo n. 0099-T-38**: Arco do Teles e casas n. 32 e 34. Série Inventário e Série Obras. Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPHAN, 1938.
- IPHAN. **Processo n. 0689-T-62**: Antigo Convento do Carmo. Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPHAN, 1962.
- MELLO, J. O. B. **A cidade, o urbanista, o plano**: um estudo para a Guanabara por Doxiadis. 2012. Especialização em Sociologia Urbana (Monografia) Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2012.
- MENDES, Armando. **Entrevista**. 9 Dez. 2016.
- MESQUITA, C. **Um Museu para a Guanabara**: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965). Rio de Janeiro: Folha Seca, 2010.
- MOTTA, Lia. **Entrevista**. 10 Nov. 2015.
- MOTTA, L. **A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global**. In: ARANTES, A. **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000. p. 256-287.
- MOTTA, M. **Saudades da Guanabara**: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-75). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- NASCIMENTO, F. B. **Entre a estética e o hábito**: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946-1960). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas/Coordenadoria de Documentação e Informação Cultural/Gerência de Informação, 2008.
- NASCIMENTO, F. B. **Preservando a arquitetura do século XX**: o Iphan entre práticas e conceitos. Cadernos do PROARQ (UFRJ), v. 19, p. 172-193, 2013.
- PEREZ, M. D. **Estado da Guanabara**: gestão e estrutura administrativa do governo Carlos Lacerda. 2005. Doutorado (Tese) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- PESSOA, J. **Lucio Costa**: Documentos de trabalho. Rio de Janeiro: Iphan, 1999.
- PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro. **Plano Urbanístico Básico do Rio de Janeiro (PUB-Rio)**. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal, 1977.
- REZENDE, V. F. **Da teoria "Ekistics" ao "Delos meetings": o mundo em rede**. E o Estado da Guanabara? In: ENANPUR, 16., Belo Horizonte, 2015. Anais...
- SANT'ANNA, M. **Da cidade-monumento à cidade documento**: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). 1995. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Salvador: Mimeo, 1995.
- SISSON, R. E. F. **Espaço e Poder**: os três centros do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arco, 2008.
- TAMOYO, M. **A fusão e o Plano Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro**. In: **Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro**. Plano Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro (PUB-Rio). Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal, 1977. p. V.

TURCO, H.; PELADO, C. **Samba enredo "Recordações do Rio Antigo"**. 1961.

TURAZZI, M. I. O morro, a estátua e a pipa: o Rio em três tempos. In: TURAZZI, M. I. (Org.). **Rio 400 + 50: comemorações e percursos de uma cidade**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

1 Samba enredo "Recordações do Rio Antigo", 1961. Composição: HélioTurco, Pelado e Cícero.

2 Projeto de Aprovado de Alinhamento n. 2949 de 1938; Modificação parcial do PAA n. 2949 em 1947. Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro.

3 Iphan, Processo n. 0099-T-38 Arco do Teles e casas n. 32 e 34. Série Inventário e Série Obras. Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro.

4 Iphan, Processo n. 0689-T-62, Antigo Convento do Carmo. Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro.

5 DPHA, Processo n. 03/300 447/65, Tombamento da Ladeira da Misericórdia, no Largo da Misericórdia, II RA. Arquivo do Departamento de Pesquisa e Documentação do Inepac.

6 DPHA, Processo n. E-03/001.979/65, Tombamento do Automóvel Club do Brasil. Arquivo do Departamento de Pesquisa e Documentação do Inepac.

7 Armando Mendes, entrevista concedida em 9.12.2015.

8 Decreto n. 1707 de 17.7.1978 (Rua da Carioca); Decreto n. 2216 de 20.6.1979 (Travessa do Comércio); Decreto n. 1768 e n. 1769 de 15.9.1978 (Cinelândia).

9 Lia Motta, entrevista concedida em 26.9.2015.

10 Resolução n.195 de 28.9.1979 da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral.